



"Quão Difícil Nos Temos Movido"

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS COMUNICADO NACIONAL 5/11

20 de Abril de 2011



Estatuto de participação e consulta junto do Conselho da Europa e reconhecida junto do Parlamento Europeu, OSCE e das Assembleias Parlamentares da NATO e da UE.



OS ALARMES SOARAM!



Os alarmes soaram, hoje (dia 20 de Abril) nas Unidades, Estabelecimentos e Órgãos do Exército. Os militares que, no país ou no estrangeiro, prestam serviço neste Ramo das Forças Armadas, ao consultarem as suas contas bancárias, verificaram não lhes ter sido pago o vencimento referente ao mês de Abril, conforme o calendário de pagamentos definido desde o princípio do ano e constante em cada boletim de vencimentos.

Compreendemos a indignação generalizada que se apoderou dos nossos camaradas que, como quaisquer outros cidadãos, têm compromissos a respeitar programados de acordo com o calendário previamente definido. Compreendemos ainda, a indignação que se instalou, porque não há memória de que tal tenha alguma vez acontecido!

O facto é que aconteceu e ao acontecer foi a segurança e a credibilidade do Estado que foram postas, grave e irresponsavelmente, em causa. Queremos acreditar que nas próximas horas o governo resolva a questão financeira, para bem da estabilidade familiar dos nossos camaradas, já que quanto a outros aspectos eles foram seriamente abalados.

É importante, mais uma vez, reflectirmos sobre as razões que provocaram esta falha no pagamento dos vencimentos aos militares do Exército. A primeira razão prende-se com a insuficiência orçamental das despesas com pessoal, feita no Orçamento de Estado para 2011, prática aliás recorrente nos últimos anos em sucessivos orçamentos, a qual tem sido fortemente denunciada pela ANS, em documentos escritos, em debates públicos, junto da tutela, em audiências com o MDN e a Comissão de Defesa da Assembleia da República.

É interessante referir que na última audiência que a ANS teve com o Ministro Augusto Santos Silva, esta questão – a suborçamentação das Forças Armadas – foi uma das preocupações que colocámos fundamentadamente, tendo obtido como resposta um lacónico e desvalorizante “*não estou preocupado, nem despreocupado*” por parte do ministro.

Uma segunda razão prende-se com os mecanismos de controle da execução orçamental postos em prática desde Janeiro. É evidente que não estamos contra o rigor das contas públicas e a sua execução orçamental, mas quando se aplica o necessário e desejado rigor a um orçamento subavaliado e sem rigor, resulta obrigatoriamente em situações como esta que hoje vivemos.

Na semana passada vários órgãos de comunicação social noticiaram a dificuldade que as Forças Armadas iriam enfrentar para cumprir com o pagamento dos vencimentos dos seus militares, devido à insuficiência orçamental que estimavam ser na ordem dos 223 Milhões de Euros, notícias que o Ministro e o seu Secretário de Estado vieram de imediato publicamente desmentir, alegando serem notícias rotineiras e alarmistas e que tudo estaria garantido. Afinal, os factos que hoje ocorreram demonstram exactamente o contrário das garantias e desmentidos então feitos.

Este sinal que fez tocar os alarmes, necessita de ser encarado de frente e com o máximo rigor, por forma a permitir a este ou ao próximo governo (qualquer que ele seja) resolverem de facto e definitivamente este problema. Desmentir as evidências, mesmo que de forma supostamente peremptória, não resolve qualquer problema, antes os agrava. O caso vertente não foge à regra!

Esta lamentável e preocupante situação será repetível nos próximos meses, caso o governo não a encare de frente e a solucione definitivamente. Para nós o primeiro e principal responsável pela situação é o governo e temos a obrigação de não deixar de o denunciar.

Não permitiremos que este governo, ou aquele que lhe venha a suceder, sacuda a “água do capote”, lançando a angústia no seio dos militares.

Os militares portugueses, e no nosso caso particular, os Sargentos de Portugal, são pessoas de bem, abrangidos por um “Código de Honra” de que se orgulham, por isso exigem ser tratados de forma a poderem cumprir rigorosamente com as suas responsabilidades e compromissos assumidos em juramento perante a Bandeira Nacional e o Povo Português, de acordo com o preceituado na Constituição da República Portuguesa.

Com Dignidade, Construámos o Futuro!

A Direcção

Lisboa, 20 de Abril de 2011